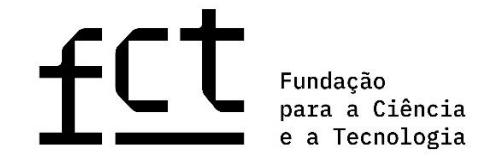


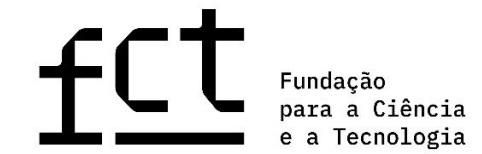
# Concurso "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa"



## Resumo de Projetos recomendados para financiamento

Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento	Domínio	Área	Título do Projeto	Resumo
Pedro Marques Gomes	Fundação Mário Soares e Maria Barroso	24 972,20 €	Humanidades	História e Arqueologia	"Vozes Comuns": organização e estudo da correspondência entre cidadãos e Mário Soares durante a transição para a democracia portuguesa (1974-1978)	<p>O projeto "Vozes comuns: organização e estudo da correspondência entre cidadãos e Mário Soares durante a transição para a democracia portuguesa (1974-1978)" visa organizar, analisar e divulgar a correspondência trocada entre cidadãos anónimos e o político Mário Soares, durante a revolução e a transição para a democracia portuguesa, entre 1974 e 1978. Pretende preencher uma lacuna nos estudos sobre a revolução, que se têm centrado sobretudo na análise das instituições, dos agentes políticos e militares e dos movimentos sociais. Visa contribuir para um melhor conhecimento sobre a participação do povo na revolução, respondendo à questão principal: Que visões de um país (e para o futuro de um país) revelam as cartas escritas pelos cidadãos ao político Mário Soares?</p> <p>Pretende-se olhar para a participação cidadã na construção da democracia e compreender a relação entre cidadãos e políticos de uma nova perspetiva: a da voz do cidadão comum que inscreve a sua opinião na carta que envia ao decisor político, reforçando o sentido de pertença comum a uma "comunidade imaginada" (Anderson, 2005). Para isso, formou-se uma equipa multidisciplinar, das áreas da História, Ciência Política e das Ciências da Documentação e Informação, que reúne saberes e competências complementares, possibilitando um cruzamento teórico-metodológico.</p> <p>Partindo de um universo de 7200 cartas inventariadas no arquivo Mário Soares, procuraremos selecionar um conjunto de cerca de 1500, que sejam representativas do tipo de pessoas que escreveram a Mário Soares, dos temas abordados, da linguagem utilizada e dos seus propósitos. Estas cartas abrangem o período em que Mário Soares foi secretário-geral do Partido Socialista, ministro e primeiro-ministro.</p> <p>As grandes questões que marcaram o país neste período estão presentes nestas cartas. Tal como aconteceu nas ruas, em que as pessoas passaram, após o derrube da ditadura, a falar diretamente com os políticos, as cartas foram também um meio utilizado pelos cidadãos para se fazerem ouvir e participarem no processo de construção da democracia. Foram uma forma de expressão pessoal e de exercício cívico, depois de décadas de repressão. Hoje, constituem a memória de um tempo, cujas lutas, conquistas, desejos, expectativas, desânimos e transformações podem ser recuperados através destes escritos. Uma leitura destas múltiplas vozes significa outra forma de olhar para a realidade e um campo fértil em novas informações, considerando a pluralidade destas representações e dos usos da palavra escrita (Chartier, 1991).</p> <p>Os cidadãos escreveram ao político sobre direitos cívicos essenciais, reclamando a sua conquista e explicando a importância nas suas vidas. Entre essas questões encontram-se o divórcio, o acesso a um sistema de saúde e à educação, melhores condições habitacionais ou o direito a um regime de pensões. Homens e mulheres desempregados pediram emprego e apoios sociais. As mulheres revelaram a imagem da condição feminina. Os emigrantes falaram da sua vida difícil, das saudades e pediram também o direito de voto. Trabalhadores da indústria e dos serviços exigiam mais direitos e proteção social. Aqueles que regressaram das ex-colónias portuguesas queixaram-se da sua situação e discutiram o processo de descolonização. Presos apelaram à amnistia. Cidadãos escreveram aconselhando o político na governação, elogiando e criticando as suas ações.</p> <p>Importa, por isso, compreender as representações feitas pelos cidadãos desses temas, do valor e impacto que tinham nas suas vidas, assim como do político a quem se dirigem. Metodologicamente, a caracterização dos autores das cartas vai ser cruzada com a forma e o conteúdo das missivas, bem como com o contexto em que se inserem. Será construída uma grelha de análise da correspondência, que considera: a) o âmbito da carta (agradecimento, protesto, pedido); b) os temas tratados (assuntos sociais; participação eleitoral, descolonização); c) a caracterização do emissor (género, faixa etária, profissão, localização geográfica); d) a resposta de Mário Soares.</p> <p>O projeto procura preservar e disponibilizar esta correspondência, aumentando o património documental sobre o 25 de Abril e possibilitando novas investigações. Trata-se de um projeto inovador e pioneiro em Portugal, com semelhanças com trabalhos internacionais (ex. Projeto Cartas De Vuelta, do presidente Felipe González; Beyen, 2020), pretendendo apresentar os seguintes resultados: a) tratamento arquivístico de 7 200 cartas e análise de 1 500; b) criação de uma plataforma digital, que apresentará um conjunto representativo da correspondência; c) publicações científicas e comunicações em encontros científicos; d) eventos científicos.</p> <p>É também um projeto de mediação cultural, que visa aproximar a sociedade civil deste património e dos temas marcantes da sociedade portuguesa nos últimos 50 anos. Alinhado com as prioridades da Agenda Portugal 2030, contribui para a preservação de uma memória democrática e empodera diversas comunidades.</p>
Tiago Luís Lavandeira Castela	Centro de Estudos Sociais	24 868,68 €	Humanidades	Artes	Descolonização Rural: A Revolução Portuguesa e a Libertação dos Campos de Aldeamento em Angola, Moçambique, e Guiné-Bissau, 1974-75	<p>50 anos depois da Revolução dos Cravos, e apesar da existência de uma rica literatura sobre a Guerra Colonial, muito poucas pessoas em Portugal sabem que o Exército português ao longo dos anos 60 deslocou 2 milhões de camponeses para campos de aldeamento, nas zonas rurais de Angola, Moçambique, e Guiné-Bissau. O projecto RuralDecol procura reparar esta situação, para que as pessoas portuguesas compreendam melhor a história do seu país; e em particular que o golpe militar de 25 de Abril de 1974 trouxe a remoção do arame farpado que muitas vezes rodeava os milhares de campos de aldeamento, e libertou as pessoas para gradualmente começaram a transformar os antigos aldeamentos, de acordo com as suas próprias aspirações, criando muitos bairros, aldeias e vilas que hoje existem. Simultaneamente, muitos soldados portugueses foram também libertados de fazer a guerra, e deixaram as novas aldeias que vigiavam em África para regressar ao seu país, frequentemente também para aldeias no interior. O projecto RuralDecol tem como objectivo contribuir para uma compreensão da experiência vivida da descolonização em zonas rurais de Angola, Moçambique, e Guiné-Bissau, durante o período entre o golpe militar de 25 de Abril em Portugal e a independência política dos 3 países em 1974 e 1975. Em particular, RuralDecol concentra-se na experiência espacial da libertação dos 2 milhões de camponeses que viviam sob condições de aldeamento militar nos 3 países, incluindo tanto transformações no ambiente construído como no espaço social. Apesar da pesquisa em história da arquitectura e campos próximos já ter começado a enfrentar a a história negligenciada do aldeamento de guerra após 1961, muito pouco se sabe sobre o momento de libertação e do início da descolonização. Como é que 2 milhões de Angolanos, Moçambicanos, e Guineenses começaram a transformar as suas próprias vidas e ambientes construídos à medida que os militares e administradores portugueses partiam para a Europa? O projecto RuralDecol irá principalmente fazer entrevistas com antigos militares em Portugal, e com pessoas "mais velhas" na África rural. O projecto coloca a hipótese de que se poderá compreender a dimensão espacial das descolonizações rurais como um processo silencioso de transformação política, negligenciado no quadro de uma militarização da memória. O projecto irá partilhar em linha com o público em geral um mapa criado em SIG localizando as memórias de antigos militares e camponeses. Para além disso, será criada por um artista português uma novela gráfica inspirada nas entrevistas realizadas e concentrando-se na dimensão afectiva da descolonização rural. Cópias impressas desta novela gráfica serão entregues a todas as escolas secundárias e de terceiro ciclo em Portugal. Não existindo outras fontes para além dos testemunhos de quem viveu a descolonização rural, é urgente lembrar agora a libertação dos campos de aldeamento em África durante a Revolução Portuguesa.</p>

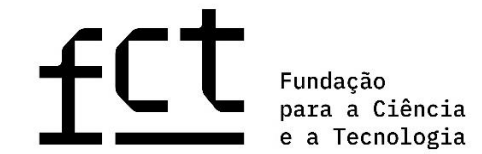
# Concurso "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa"



## Resumo de Projetos recomendados para financiamento

Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento	Domínio	Área	Título do Projeto	Resumo
Luís Trindade	Universidade Nova de Lisboa	24 878,88 €	Humanidades	História e Arqueologia	Memória e Revolução. Um arquivo de história oral da militância de base no processo revolucionário de 1974-75	<p>Grassroots tem como objetivo desenvolver um arquivo de história oral com militantes da Revolução Portuguesa. Ao centrar-se no papel da política de base, o projeto abre o campo a questões e práticas de investigação originais. Ao longo do período de financiamento, a equipa de realizará simultaneamente entrevistas com militantes e utilizará esta fonte em discussões públicas sobre a memória social e na elaboração de uma história inovadora “a partir de baixo”.</p> <p>O ponto de partida do projeto consiste em dois arquivos de história oral inéditos criados pelo IR: o primeiro foi desenvolvido com o historiador António Louçã entre 2000 e 2003 com trinta entrevistas a militantes portugueses no processo revolucionário; o segundo foi o resultado de uma entrevista colectiva de três dias em Londres com doze militantes britânicos (com a co-IR Joana Craveiro, em 2018). Grassroots partirá de um trabalho exaustivo de digitalização, transcrição e classificação deste corpus original. A partir daqui, a equipa de investigação irá expandir o arquivo de duas formas. Em primeiro lugar, através da discussão das entrevistas já realizadas com alguns dos entrevistados. Trata-se de uma oportunidade para aprofundar e rever os seus testemunhos, ao mesmo tempo que se aprofundam aspetos esquecidos da sua intervenção política. Em segundo lugar, os contactos estabelecidos com estes militantes serão utilizados para alargar o corpus com mais trinta entrevistas em Portugal. Por outro lado, uma missão a França produzirá mais cerca de dez entrevistas com militantes franceses da revolução. No total, Grassroots pretende criar um arquivo aberto com mais de oitenta entrevistas. A realização de um número tão elevado de entrevistas exige um calendário bem planeado, no qual todos os membros da equipa trabalharão em estreita colaboração na criação do arquivo, na organização de eventos - workshop de história oral, seminários de investigação, incluindo sessões públicas com militantes - e no desenvolvimento dos outputs do projeto: o lançamento do arquivo de história oral em acesso aberto; a série de espectáculos On All Fronts – Portuguese Revolution on the Making ; a edição de um volume coletivo sobre a história e a memória da militância de base na Revolução.</p> <p>O arquivo de história oral é assim concebido como um instrumento de investigação aberto e interativo. As experiências dos militantes entrevistados constituirão o principal contributo do projeto, abrindo os estudos da Revolução a dimensões habitualmente ignoradas pela historiografia, como a política de base, as rotinas quotidianas da militância, a sua diversidade geográfica (incluindo a participação de militantes estrangeiros), as questões de género e sexualidade, etc. Esta abordagem contribuirá para lançar uma nova luz sobre muitos acontecimentos que, até à data, têm sido sobretudo narrados na perspetiva das lideranças políticas e das hierarquias militares. Isto representa mais do que uma simples abertura da Revolução a novas perspectivas, uma vez que os métodos da história oral, com o seu enfoque na política de base e em fenómenos sociais mais amplos, redefinem o próprio significado político do acontecimento - para além das instituições políticas e dos seus protagonistas -, incluindo de forma decisiva os vastos e fluidos movimentos de participação popular.</p> <p>Grassroots propõe-se, assim, realizar entrevistas baseadas em histórias de vida, seguindo uma tradição de história oral ainda largamente inexplorada pela historiografia portuguesa. A abordagem metodológica terá em especial consideração a qualidade do intercâmbio entre o entrevistador e o entrevistado, praticando um tipo de escuta em profundidade de acordo com as melhores práticas da história oral. A experiência da equipa de investigação, tanto na história do período de 1974-75 como nas metodologias da história oral, assegura a combinação produtiva entre a construção do arquivo e a produção de uma nova história da revolução: Trindade, Craveiro e Cardina desenvolveram pesquisas de história oral em diferentes acontecimentos históricos das décadas de 1960 e 1970; Noronha e Bairrão debruçaram-se sobre o papel do ativismo popular no processo revolucionário; Pereira, Luís e Lucas Narra exploraram o impacto internacional do acontecimento. Finalmente, a criação de um arquivo de história oral não só permitirá aos investigadores explorar uma fonte original na produção de um trabalho académico inovador, como também assegurará o impacto do projeto para além do período de financiamento. Tanto as transcrições como as cópias digitais das entrevistas serão disponibilizadas (depois de classificadas e autorizadas pelos entrevistados) no arquivo do Museu do Aljube Resistência e Liberdade, em Lisboa.</p> <p>Cinquenta anos após a Revolução, o projeto Grassroots constitui uma das últimas oportunidades para guardar a memória da vasta participação de militantes portugueses e estrangeiros num dos acontecimentos mais decisivos da história europeia contemporânea.</p>
Zélia Maria Cruz Pereira	Universidade Nova de Lisboa	24 028,69 €	Humanidades	História e Arqueologia	Examinar a descolonização de Timor-Leste, 1974-82: o Relatório Riscado	<p>Timor é um caso particular da descolonização portuguesa, tendo sido o único território onde o processo de negociação com as forças políticas locais não conduziu à independência. Uma potência estrangeira, a República da Indonésia, invadiu formalmente a colónia a 7 de dezembro de 1975. O processo que conduziu a este desfecho continua a ser uma das questões mais polémicas do fim do império português, alimentando uma controvérsia em torno da descolonização que se arrastou por décadas. A recente desclassificação de um acervo documental relativo a estes acontecimentos permite lançar nova luz sobre este momento histórico crítico.</p> <p>Na altura da Revolução dos Cravos, não havia luta armada em Timor, nem movimentos de libertação reconhecidos internacionalmente. Apesar do cenário pacífico prevalecente, o 25 de abril teve um impacto notável, patente na rapidez com que, em maio de 1974, se formaram as três principais associações políticas timorenses, polarizando as opções em jogo nos meses seguintes. Confrontadas com os problemas dos territórios africanos, as autoridades de Lisboa relegaram para segundo plano o destino de Timor, e rapidamente surgiram dificuldades no relacionamento entre as associações políticas locais e os responsáveis governamentais portugueses. O atraso na elaboração do roteiro da descolonização, as pressões da Indonésia, as divergências ideológicas e políticas no seio das associações e do meio militar português, contribuíram para o surgimento de turbulências políticas e militares que culminaram numa guerra civil em agosto de 1975 e na subsequente retirada do Governo português de Díli. As críticas ao processo de descolonização de 1974-75 surgiram logo após a invasão indonésia. Nos anos seguintes, ressurgiram ocasionalmente, censurando e responsabilizando alguns elementos do Movimento das Forças Armadas e responsáveis governamentais locais pelo clima de desestabilização e insegurança.</p> <p>Em finais de julho de 1976, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, nomeou uma comissão militar para analisar os acontecimentos, presidida pelo Brigadeiro Francisco Riscado. Concluído em fevereiro de 1977, o relatório da comissão manteve-se secreto até 1981, altura em que o governo de centro-direita da Aliança Democrática pressionou o Presidente da República a divulgá-lo, na sequência de uma nova ronda de controvérsias sobre a atuação portuguesa em 1974-75. O relatório publicado não corrobora as culpas atribuídas a alguns dos visados, mas também não as nega claramente, optando por um tom neutro.</p> <p>Várias razões justificam a revisitação do chamado Relatório Riscado. Em primeiro lugar, permitirá uma melhor compreensão do papel das forças armadas portuguesas na complicada transição política de Timor-Leste, cujo enquadramento foi definido pela Lei 7/75, que estabeleceu um roteiro pormenorizado para a sua autodeterminação. A recente disponibilização pelo Arquivo da Defesa Nacional das dezenas de depoimentos inéditos de muitos dos que entrevistaram e testemunharam os acontecimentos em Timor, reunidos por esta comissão, lança uma nova perspetiva sobre a implementação desse roteiro e convida-nos a reavaliar alguns pressupostos há muito assumidos sobre a conduta dos militares portugueses em Timor-Leste nos meses anteriores à invasão indonésia.</p> <p>Em segundo lugar, o estudo aprofundado do processo político e burocrático que conduziu à constituição da comissão presidida pelo Brigadeiro Riscado e do desenvolvimento das suas actividades, enriquecerá a compreensão da forma como as Forças Armadas portuguesas enfrentaram um episódio particularmente traumático da descolonização - o envolvimento de alguns dos seus elementos na guerra civil que eclodiu no verão de 1975 entre várias facções timorenses e a impotência evidenciada pelo Governador e seus subordinados face às lutas internas na ilha, dois acontecimentos que serviram de pretexto a Jacarta para lançar a sua invasão militar. A derrocada de Timor, que teve vários antecedentes na fase final do colonialismo português - Goa em 1961, mas também em vários momentos das transições angolanas e moçambicanas para a independência -, abriu feridas profundas nas Forças Armadas portuguesas, pois alguns dos episódios relatados na imprensa, bem como na literatura política de direita, foram entendidos como afrontas aos valores fundamentais do ethos militar.</p> <p>Em terceiro lugar, o projeto procurará reconstituir a forma como a descolonização abortada de Timor-Leste foi discutida pela opinião pública nos primeiros anos da democracia portuguesa e dar sentido às tentativas que vários actores levaram a cabo para desacreditar vários protagonistas da Revolução dos Cravos. Pretendemos fazer um levantamento das polémicas que abordaram os acontecimentos de 1974-75 em Timor-Leste na esfera pública portuguesa para compreender melhor o raciocínio subjacente a tais acusações, as agendas particulares dos seus autores, os meios de comunicação que utilizaram, bem como a reação do público em geral.</p>

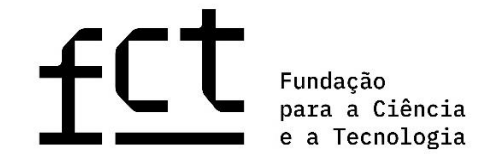
# Concurso "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa"



## Resumo de Projetos recomendados para financiamento

Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento	Domínio	Área	Título do Projeto	Resumo
José Pedro Sousa	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	25 000,00 €	Humanidades	Artes	Performance e Teatro no PREC	<p>O projecto PREC.PT visa recuperar a memória do teatro, o que se fez e como se fez, o que se pensou e programou, durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC). A revisão bibliográfica especificamente sobre o papel do teatro, agentes e modos de produção durante o PREC mostra a existência de uma lacuna, sem que exista qualquer estudo de fundo dedicado a esta temática. Assim, existem duas grandes categorias de trabalhos que estudam o sistema teatral durante PREC: (i) a história dos agentes - actores e encenadores, quase exclusivamente - que inclui a sua actividade neste período no âmbito mais vasto da sua vida e obra; (ii) a história das companhias de teatro que atravessaram ou nasceram durante o PREC. Destes trabalhos resulta, portanto, um panorama estilizado, fragmentário e muitas vezes desatento às especificidades e singularidades das artes performativas entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975.</p> <p>Volvidos 50 anos sobre o 25 de Abril, com o devido distanciamento histórico sob o objecto de estudo, mas contando ainda com a memória de alguns dos intervenientes, urge fazer um estudo cabal sobre este período específico, convocando não apenas a documentação então produzida, mas acima de tudo a memória oral dos que nele participaram. A morte recente de Carlos Avillez, fundador do Teatro Experimental de Cascais em 1965, que contribuiu de forma indelével para a renovação do panorama teatral português com novas linguagens e repertórios, mostra a urgência deste projecto.</p> <p>O PREC foi um momento em que o teatro teve um papel fundamental enquanto ágora, palco de confronto e debates socio-políticos, ensaios para a construção da democracia. Num momento de polarização política, também dos agentes teatrais, experimentaram-se, no teatro, novas formas de organização social, novos modos de intervenção activa na sociedade e de educação cívica.</p> <p>Importa, portanto, mapear os acontecimentos, recolher a documentação dispersa e entrevistar os agentes, de modo a estudar, disponibilizar e oferecer novas leituras que interessam ao presente, na medida em que vivemos, também hoje, um período de polarização dos discursos e de instabilidade social, em que o teatro pode servir a esfera pública e servir como ferramenta para a participação nela.</p> <p>Procurando responder à pergunta de partida - O teatro terá contribuído para a construção da democracia durante o PREC? De que modo? -, assentaremos a investigação em três eixos principais: (i) activismo e intervenção; (ii) minorias e inclusão; (iii) polarização, debate e consensos. Nestas três linhas, a análise desenvolver-se-á em dois níveis, dentro do próprio sistema e prática teatral, e na relação do teatro com a comunidade.</p> <p>Tendo uma base comum nos estudos da cultura e do teatro português, a equipa integra elementos que concorrem complementarmente para cumprir os objectivos deste projecto, e com larga experiência de trabalho conjunto no contexto da investigação no Centro de Estudos de Teatro. Pode-se assim assegurar o funcionamento eficaz, o trabalho colaborativo e a regular comunicação entre os membros. O IR congrega o saber sobre o objecto de estudo, com obra publicada, com a experiência em humanidades digitais, nomeadamente na constituição de arquivos digitais sobre teatro no século XX. O principal eixo de investigação do co-IR é o teatro político, e colabora há largos anos com o Teatro Experimental do Porto, instituição parceira deste projecto.</p> <p>Para a realização deste projecto, foram delineadas sete tarefas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) recolha e digitalização das fontes primárias, directas e indirectas;</li> <li>(ii) selecção do conjunto de cerca de 50 entrevistados, preparação e realização das entrevistas, com base em estudo detalhado das acções e envolvimento de cada um no sistema teatral do PREC;</li> <li>(iii) colaboração na peça do TEP sobre o PREC;</li> <li>(iv) transcrição, edição e tratamento das entrevistas;</li> <li>(v) concepção e construção da plataforma digital bilingue de arquivo oral e documental sobre o teatro no PREC e criação de podcast;</li> <li>(vi) realização de workshop/curso acreditado sobre Teatro e Democracia para professores do 3º ciclo do ensino básico e secundário;</li> <li>(vii) redacção de volume de compilação das entrevistas a par de ensaios que sistematizem a informação recolhida e possam contribuir para investigação futura.</li> </ul> <p>Os resultados serão (i) um podcast que resulte do tratamento e selecção de excertos de cada uma das entrevistas; (ii) apresentação dos resultados preliminares no contexto das Jornadas de Estudos de Teatro, que terão os 50 anos da democracia como tema; (iii) arquivo digital bilingue com as entrevistas e a documentação, incluindo áudio-visual, recolhida no decurso do projecto (iv) apresentação da peça do Teatro Experimental do Porto sobre o PREC; (v) realização de curso acreditado / workshop para professores do 3º ciclo do ensino básico e secundário sobre o tema Teatro e Democracia; (v) livro.</p> <p>A par deste projecto, os membros da equipa inserirão este tema nos programas das unidades curriculares que leccionam.</p>
Raquel da Silva	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	24 437,50 €	Ciências Sociais	Sociologia	Memórias da resistência: A luta armada contra a ditadura em Portugal	<p>MEMORALU propõe-se a desenvolver um documentário sobre a memória das resistências armadas à ditadura em Portugal. Este trabalho académico e cinematográfico visa abordar um aspeto frequentemente negligenciado da história portuguesa—o papel e impacto da LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária), ARA (Ação Revolucionária Armada) e BR (Brigadas Revolucionárias) na luta contra o regime autoritário que precedeu a Revolução dos Cravos. Contrariando a tendência de esquecimento e desvalorização desta parcela da história, MEMORALU tem como objetivo resgatar e a memória coletiva sobre as resistências armadas, iluminando as suas motivações, desafios e o seu legado na sociedade portuguesa contemporânea. No entanto, procura executar este mesmo objetivo tendo em consideração o contexto sociopolítico e a integração estratégica da ação armada num panorama de insurreições, atentados e golpes que atravessa a história da luta de massas contra o fascismo em Portugal.</p> <p>MEMORALU divide-se em duas partes. A Parte 1 envolve, numa primeira fase, pesquisa documental rigorosa em arquivos nacionais e locais, incluindo a procura de jornais, relatórios governamentais e publicações de época. Será dada especial atenção a documentos e materiais que revelem as atividades e as percepções sobre a LUAR, ARA e BR. A segunda fase será dedicada a entrevistas semi-estruturadas com ex-membros destes movimentos, historiadores, e testemunhas da época. Estas entrevistas serão complementadas por análises de conteúdo, temática e interpretação hermenêutica, proporcionando uma compreensão profunda das experiências e percepções individuais.</p> <p>A Parte 2 passa pela realização do documentário que seguirá uma abordagem criativa e reflexiva, integrando as informações recolhidas na Parte 1. Será adotado um estilo narrativo que entrelaça testemunhos pessoais e análise histórica, oferecendo uma visão dinâmica e envolvente dos eventos. A edição do documentário procurará equilibrar o rigor académico com a acessibilidade ao público, utilizando técnicas de storytelling visual para ilustrar as complexidades da resistência armada. A produção também incluirá material gráfico original (e.g., mapas, infográficos) para contextualizar os eventos dentro do panorama histórico e político de Portugal. Este documentário não só pretende preencher uma lacuna significativa na historiografia portuguesa, mas também contribuir para o entendimento mais amplo da transição de Portugal para a democracia. A ênfase na LUAR, ARA e BR, entidades muitas vezes marginalizadas nas narrativas históricas predominantes, oferece uma nova perspectiva sobre os antecedentes e o contexto do 25 de Abril de 1974.</p> <p>MEMORALU destaca-se pela sua natureza profundamente interdisciplinar, combinando os campos da Psicologia Social e Política, da História e da Antropologia Visual para criar um documentário que não é apenas um registro histórico, mas também uma exploração psicológica e visual da resistência à ditadura em Portugal. A Psicologia Social e Política oferece insights sobre as motivações, crenças e comportamentos de ex-militantes da luta armada, ajudando a compreender as dinâmicas subjacentes à resistência e ao ativismo político. Esta análise é complementada pela História, que fornece o contexto e a narrativa cronológica dos eventos, garantindo que o documentário seja ancorado em factos e interpretações historicamente precisos. Por fim, a Antropologia Visual permite incorporar ao conhecimento produzido formas extratextuais de experiência histórica, possibilitadas pelo recurso ao som e à imagem em movimento, permitindo não só adensar as complexidades emocionais e intersubjetivas da época, como contribuir para uma representação mais empática e visceral da mesma.</p> <p>A divulgação deste projeto aos níveis académico, social e educacional é crucial para alcançar um impacto abrangente. Academicamente, o documentário serve como um recurso valioso para investigadores e estudantes nas áreas de História, Relações Internacionais, Sociologia, Psicologia e Estudos Culturais, oferecendo novas perspectivas e materiais para o estudo da resistência política e da história contemporânea de Portugal. Socialmente, ao trazer à tona relatos menos conhecidos de resistência e luta, o documentário tem o potencial de fomentar um diálogo público mais informado e matizado sobre o passado político do país, contribuindo para uma sociedade mais consciente e reflexiva. Além disso, o projeto possui um valor educacional significativo, podendo ser utilizado como material didático em escolas e universidades para ensinar sobre a história recente de Portugal, a importância da democracia e os direitos humanos, incentivando assim uma nova geração a refletir criticamente sobre o legado da ditadura e o valor da liberdade.</p>

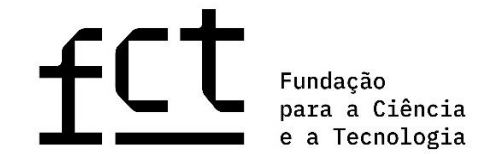
# Concurso "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa"



## Resumo de Projetos recomendados para financiamento

Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento	Domínio	Área	Título do Projeto	Resumo
Maria Elsa Marques Peralta da Silva	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	24 990,47 €	Ciências Sociais	Ciências da Comunicação	Arquivo digital de história e memória dos retornos das colónias africanas	<p>O 25 de Abril de 1974 marcou não só o início da democratização de Portugal, mas também o início do processo de descolonização que levou ao reconhecimento da independência dos territórios africanos que estavam sob domínio português. Uma consequência deste processo foi a chegada, ou em alguns casos, o retorno a Portugal de mais de meio milhão de colonos, provenientes, na maioria dos casos, de Angola e Moçambique durante o verão e outono de 1975 (Pires 1987). Embora o acontecimento em si não fosse invulgar, uma vez que fazia parte dos repatriamentos coloniais iniciados após a Segunda Guerra Mundial (Smith 2003), este retorno revestiu, porém, características particulares. Uma delas foi o contexto interno em que ocorreu, durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), caracterizado por grande turbulência política e social, e também por instabilidade económica. Neste contexto, a chegada dos chamados retornados representou um desafio adicional para as autoridades e para os vários governos provisórios que se seguiram até à tomada de posse do I Governo Constitucional, em julho de 1976 (Kalter 2022a). Apesar dos impactos demográficos, sociais, económicos e políticos que estas chegadas massivas e repentinas tiveram na sociedade portuguesa, a instalação dos antigos colonos é um dos temas menos estudados e menos compreendidos da história portuguesa do pós-25 de Abril 1974 (Peralta 2022a).</p> <p>O objetivo deste Projeto é participar na construção da memória e da história do retorno através da criação de uma plataforma digital que funcione como arquivo histórico, e como instrumento de disseminação do conhecimento sobre o tema, quer no seio da comunidade académica, quer na esfera mais alargada da sociedade civil. O ARCA - Arquivo digital da história e memória dos retornos das colónias africanas - disponibilizará ao público um conjunto de documentos provenientes de acervos identificados pelos membros da equipa. Estes incluem arquivos históricos portugueses e internacionais, tanto institucionais como pessoais, bem como material documental contemporâneo, nomeadamente: documentos da imprensa escrita portuguesa e internacional; documentação histórica dos organismos estatais e não estatais implicados no retorno; documentos audiovisuais (reportagens, séries televisivas, filmes, documentários, fotografia); objetos artísticos e literários de mediação da memória deste passado. Além de um arquivo, o ARCA será uma Mnemoteca, constituída por testemunhos orais recolhidos pela equipa ao longo de anos em entrevistas com retornados, e por objetos de memória como documentos, fotografias e filmes provenientes de arquivos pessoais. Disponibilizará também recursos de investigação (como uma biblioteca exaustiva sobre o tema), recursos informativos e educativos (como exposições virtuais, divulgação de notícias sobre o tema e recursos para escolas) e recursos críticos (alimentando um blog com textos académicos e literários ou artigos de opinião).</p> <p>O ARCA conta com uma equipa de investigação internacional e pluridisciplinar, constituída pelos principais especialistas atuais neste tema. A equipa inclui dois antropólogos, Elsa Peralta e Bruno Góis, e dois historiadores, Morgane Delaunay e Christoph Kalter. Apoiando-se na investigação desenvolvida ao longo dos anos por estes quatro especialistas, o ARCA inaugura uma nova fase na abordagem deste tema. Abraçando as novas possibilidades abertas pelos meios digitais, insere a anterior pesquisa nas Humanidades Digitais e na História Pública (Fickers 2018; Fickers &amp; Heijden 2020), no âmbito das quais pretende ser uma referência em termos de divulgação de um corpo de trabalho científico junto de diversos públicos. Com isto, o ARCA pretende ser um instrumento de comunicação histórica e cultural e de intervenção cívica (Brier 2017; Isasi &amp; Flores 2023), sendo a equipa empenhada em potenciar recursos de investigação e ferramentas críticas para que não só o público académico, mas toda a sociedade civil, possa participar de forma informada nos debates sobre este passado e, desta forma, torná-lo mais impermeável a apropriações político-ideológicas. Finalmente, o ARCA tem como objetivo inserir o retorno português no contexto mais vasto das migrações de descolonização que se seguiram ao fim dos impérios europeus e, assim, contribuir para uma abordagem comparativa que permita uma melhor compreensão do impacto desses fluxos migratórios na configuração do espaço pós-colonial europeu.</p> <p>O ARCA é acolhido pelo Centro de Estudos Comparatistas (CEComp) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cuja estratégia assenta numa noção reflexiva de comparatismo apoiada em abordagens interdisciplinares, privilegiando o diálogo entre as humanidades e as ciências sociais. O ARCA contribuirá para o corpo de trabalho produzido pelo CEComp, nomeadamente no que respeita a abordagens multidisciplinares e transculturais às questões do tempo, da história e da memória e ao seu crescente interesse pelo domínio das Humanidades Digitais.</p>
José Manuel Viegas Neves	Universidade Nova de Lisboa	24 925,00 €	Humanidades	História e Arqueologia	Revolução, para a história de um conceito. Análise de debates parlamentares portugueses, 1821-2024.	<p>A ideia de revolução foi protagonista maior da história do período contemporâneo. Tanto o conceito genérico de revolução como acontecimentos revolucionários concretos modelaram formas de intervir e interpretar a realidade um pouco por todo o mundo. Participaram do horizonte de expectativas, da memória e da imaginação geográfica de vários sectores da população e suscitaram a adesão e a oposição – mas também negociação ou adaptação – de diferentes grupos sociais e de milhões de indivíduos. Entre historiadores, não falta quem venha delimitando a época contemporânea por referência aos momentos de ascensão e declínio da ideia de revolução: da eclosão da Revolução Francesa de 1789 até ao fim da URSS e à crise das ideologias revolucionárias associadas à Revolução de Outubro de 1917.</p> <p>Analisando a frequência e significados do uso do termo revolução/revoluções em debates parlamentares portugueses, o presente projeto contribuirá para uma história do conceito na cultura política portuguesa. Subscrevemos a hipótese segundo a qual os discursos são causa e efeito dos processos históricos de que participam e partilhámos o entendimento de que a linguagem e as práticas de conceptualização e categorização refletem e constroem a realidade a que se referem. Em concreto, identificaremos e analisaremos a ocorrência e os diferentes usos e significados do termo revolução/revoluções nas intervenções realizadas nos principais órgãos nacionais de natureza cameral/parlamentar desde 1821 até 2024. O material empírico que iremos analisar encontra-se fisicamente no arquivo da Assembleia da República, mas acederemos ao mesmo através do site “debates parlamentares”, tutelado pela mesma instituição.</p> <p>O texto digitalmente processado será objeto de procedimentos de identificação, contextualização e significação que combinarão dimensões quantitativas e qualitativas, articulando as Humanidades Digitais, a Ciência de Dados e a História Intelectual. E se o corpo empírico sob análise se circunscreve ao domínio institucional da vida parlamentar, a diversidade de perfis da nossa equipa habilita-nos a compreender as relações estabelecidas entre a fala dos deputados e outros domínios – da opinião publicada à produção cultural e intelectual, passando pelos movimentos sociais e por forças políticas não-institucionais.</p> <p>O tratamento quantitativo do texto permitirá sinalizar conjuntos de ocorrências que serão sujeitos a exercícios mais finos de análise de discurso. Desde já registamos um total de 20.514 ocorrências do termo nos discursos efetuados em Portugal nas diferentes cortes, câmaras, congressos, senados e assembleias nacionais que reuniram desde o início da monarquia constitucional. Sensivelmente metade das ocorrências deu-se após a Revolução do 25 de Abril de 1974, o que fará desta e do período democrático objetos privilegiados da nossa atenção.</p> <p>Permitindo identificar diferenças e continuidades a nível da cultura política prevalente nos regimes cuja sucessão fez a história política-institucional do Portugal contemporâneo, a amplitude cronológica do presente projeto inscreverá a historicidade da Revolução de Abril numa duração mais longa do que aquela a que o estado da arte nos tem habituado. Tal igualmente permitirá que compreendamos a emergência, a renovação, a disputa, a censura ou a crise da sensibilidade revolucionária na cultura política portuguesa durante a época contemporânea.</p> <p>Acresce que o material empírico será analiticamente situado além dos limites sugeridos pelo nacionalismo metodológico. As revoluções foram momentos de viragem política e social na história de diferentes países, mas também veículo de relações e dinâmicas internacionais que atravessaram limites nacionais e continentais. Mantiveram, ainda, estreita relação com a história dos impérios europeus e a emergência de um mundo pós-colonial. A experiência revolucionária contemporânea assumiu contornos nacionais, mas também transnacionais e globais, contribuindo de forma relevante para moldar os sentimentos de pertença geográfica de sociedades, grupos e pessoas.</p> <p>Em suma, com este projeto, a história da Revolução de Abril de 1974 será perspetivada atendendo à trajetória intelectual, cultural e social da própria ideia de revolução – uma trajetória de duração mais longa do que autoriza a cronologia do biénio 1974-1975 e com fronteiras bem mais alargadas do que as nacionais.</p> <p>Do projeto resultará a publicação de 1 livro provisoriamente intitulado A questão da revolução no parlamento português, a propor à Coleção Parlamento, sob tutela da Assembleia da República; 1 livro provisoriamente intitulado “The Transnational Memory of the Carnation Revolution: from Eugène Delacroix to Alexander Kerensky”, a propor à coleção “Memory Studies: Global Constellations” (Routledge); 1 mapa digital sobre revoluções contemporâneas, com objetivos didáticos e que será construído a partir da invocação dessas revoluções nos debates parlamentares portugueses.</p>
Maria Cristina Vieira de Freitas	Universidade de Coimbra	24 925,74 €	Ciências Sociais	Ciências da Comunicação	25 de Abril em 3D: Descolonizar, Democratizar, Desenvolver	<p>Tendo como referentes o presente e o futuro da democracia portuguesa, o objetivo geral deste projeto será promover a investigação, o conhecimento e o aprofundamento do debate em torno da Revolução de 25 de Abril de 1974, no que toca aos seus antecedentes e consequentes, reforçando a sua presença e atualidade em diversas latitudes do país. Prevê-se, deste modo, a partilha de um conjunto de recursos educativos, produzidos a partir de fontes originais, com autoridade e conteúdo certificados. Prevê-se, igualmente, a utilização e reutilização destes conteúdos, de forma autónoma ou orientada, pelas comunidades-alvo. Fundamenta-se que, num contexto e estrutura apropriados, para além de reforçar a presença da Revolução de 25 de Abril de 1974, no âmbito das comemorações do seu cinquentenário, essas diversas utilizações e reutilizações, para além de avivarem a(s) memória(s), através dos seus objetos evocativos, irão fornecer as ferramentas necessárias ao acesso de um conjunto de conhecimentos, fomentando uma interpretação autónoma e independente do Movimento Revolucionário, e aproximar os arquivos e as suas fontes da(s) sua(s) comunidade(s), reforçando, de forma lúdica e prática, o conceito de aprendizagem e prática cidadã. Com isto, oferecer-se-á um contributo efetivo ao debate e à discussão desses temas que, dada a inegável atualidade, figuram com maior presença e visibilidade na agenda nacional. Acrescer-se-á a oportunidade de enriquecer, valorizar e dar a conhecer, nas suas diversas facetas, elementos significativos do riquíssimo espólio documental do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, única, nas suas especificidades, no País, utilizando recursos educativos certificados fundamentais à boa compreensão da mensagem e à produção e partilha de conhecimentos de modo inovador, explorando-se dimensões programáticas fundamentais do processo histórico em causa (descolonização, democratização e desenvolvimento).</p>

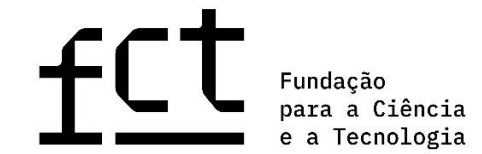
# Concurso "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa"



## Resumo de Projetos recomendados para financiamento

Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento	Domínio	Área	Título do Projeto	Resumo
Ana Pais	Universidade Nova de Lisboa	24 916,27 €	Humanidades	Artes	Livre arbítrio e o desejo de liberdade: afectos na performance da democracia	<p>Os sentimentos públicos são uma das questões mais prementes dos nossos tempos, uma vez que a mobilização emocional e a manipulação de grupos-alvo nas esferas públicas minam os resultados eleitorais, geram ondas catastróficas de desinformação e espalham a ignorância sobre o conhecimento. Enquanto forças invisíveis que condicionam a nossa experiência afetiva, os sentimentos públicos influenciam a forma como criamos ligações ao mundo, moldando os nossos desejos, escolhas e comportamento.</p> <p>Associada aos afectos de alegria e entusiasmo do 25 de Abril, a Liberdade é tanto um sentimento público quanto um direito democrático ou uma condição de isenção de interferências externas. No entanto, a falta de discernimento individual e consciência colectiva de tais forças condicionantes da própria liberdade têm implicações profundas na vida pública, em particular, no que diz respeito ao envolvimento cívico e à participação política. Por exemplo, a liberdade de optar por votar num ou noutro partido político está sempre condicionada pela nossa experiência afetiva e facilmente é chão fértil para manipulações emocionais, desde a influência do líder carismático até aos ataques e desinformação que circulam nas redes sociais. Coloca-se, então, a pergunta: quão livre é o nosso arbítrio? Este projeto situa-se na intersecção das teorias dos afectos e dos estudos de performance, que partilham uma abordagem interdisciplinar e fomentam estudos originais sobre a potência política e artística do corpo. O projeto investigará os condicionamentos afetivos da liberdade através de um leque interdisciplinar de abordagens (teorias dos afectos feministas e queer, pesquisa practice-based, estudos de teatro e performance, filosofia, estudos de dança, sociology) que serão usadas para analisar material proveniente de três workshops com artistas convidados, a realizar em três locais diferentes de Portugal. A maioria dos membros da equipe possui tanto conhecimento académico quanto ampla prática artística, trazendo para o projeto uma combinação única de conhecimentos e ferramentas. FREEWILL investiga como as artes performativas podem lançar uma nova perspectiva sobre a liberdade como um sentimento público, sobre como as nossas vidas afetivas não estão livres de condicionamentos externos e sobre como isso afeta a participação cívica e uma democracia saudável.</p> <p>Os objetivos centrais do projeto são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(1) Explorar como as artes performativas podem fornecer ferramentas para discernir a influência dos sentimentos públicos, nomeadamente da liberdade, sobre a nossa experiência afetiva íntima</li> <li>(2) Contribuir para a consciência dos condicionamentos causados pelos sentimentos públicos, nomeadamente sobre o exercício do livre arbítrio</li> <li>(3) Promover uma democracia saudável em que a participação cívica e política seja fortalecida por uma consciência colectiva da experiência afetiva.</li> </ol> <p>Finalmente, os resultados do projecto serão um manual prático em suporte digital de acesso livre composto por a) uma compilação de exercícios e ferramentas práticas que promovem o discernimento dos afectos e revelam como o livre arbítrio pode ser altamente comprometido se os condicionamentos externos não forem reconhecidos; b) artigos sobre o trabalho de campo e o tema da investigação, incluindo um relatório sociológico do processo. O ebook contribuirá para incentivar novos projectos de investigação entre academia e a pesquisa artística. Os resultados da pesquisa também serão divulgados internacionalmente em dois artigos de revistas prestigiadas. Além disso, o projeto partilhará as suas conclusões em diversas apresentações públicas (mesas redondas) num compromisso de envolvimento cívico, incentivando o debate público sobre a importância da dimensão afetiva na performance da democracia.</p>
Nuno Dias	Universidade Nova de Lisboa	24 842,38 €	Ciências Sociais	Sociologia	A Voz das Trabalhadoras: os arquivos do Sindicato do Serviço	<p>Em Portugal, não temos um "Diário de despejo", como aquele escrito no Brasil por Carolina Maria de Jesus, ou as cartas a Carolina, escritas por Françoise Ega em França, originária da ex-colónia francesa Antilhas. Os registos que temos são milhares de cartas, por serem lidas, difundidas e estudadas, relatando um precioso retrato da condição trabalhadora das empregadas domésticas — criadas para todo o serviço — arquivadas. Estão disponíveis para consulta, bem como muitíssimos outros materiais, no arquivo do Seixal da CGTP-IN ou no arquivo do instituto Atria; estão aguardando tratamento arquivístico em Coimbra; e muitos outros arquivos pessoais dispersos estão à espera que lhe encostemos o ouvido e que guardemos a sua história.</p> <p>O tempo de o fazer, juntamente com as resistentes ao fascismo e fazedoras da democracia, é agora. A urgência de resgate da história do trabalho servil, objetivo maior deste Projeto, é respondida com formas de preservação e digitalização de memórias de tantas quantas, pelo lugar desfavorecido que muitas vezes ocuparam, não deixaram registos escritos biográficos.</p> <p>Durante as nossas investigações prévias, a algumas moradas já chegámos tarde. As mulheres que fizeram parte do sindicato do serviço doméstico e da sua cooperativa estão agora a atravessar os seus 70, 80 anos. Com algumas trocámos várias vezes a preocupação em torno da preservação do arquivo e da memória da ditadura, e do que foi construir uma alternativa ao estado de coisas que então existia.</p> <p>Também a revolução, para que acontecesse, precisou de comida e cama lavada. E contra todas as probabilidades, tendo uma tarde livre ao domingo, contra ou com o apoio dos patrões, organizaram-se no sentido de mudar a lei que abrangia o trabalho doméstico e criar um panorama legal que as pudesse vir a equiparar à generalidade dos trabalhadores, regidos pelo Código geral de trabalho. Ora, não era esse o caso para as empregadas domésticas, que eram, a essa data, ainda regidas pelo Código Civil de 1867. E o enquadramento específico do trabalho doméstico continua, até aos dias de hoje, com alterações recentes que procuram endereçar esse desequilíbrio.</p> <p>O objetivo deste projeto é trabalhar sobre a experiência das mulheres trabalhadoras do serviço doméstico cuja organização representava cerca de 100,000 mulheres a 25 de abril de 1974. A presente proposta parte de uma leitura da memória pública produzida sobre o 25 de abril tendencialmente posicionada ao longo de um eixo que varia entre a o reconhecimento da efeméride da transição para a democracia como mero sobressalto político e de naturalização do consenso sobre a inevitabilidade da estabilização política e social; e, um outro pólo, comemorativista do momento revolucionário e dos processos de auto-organização das classes trabalhadoras e consequentes dinâmicas de conflito que opuseram diferentes corporações de interesse como imprescindíveis à realização democrática.</p> <p>Decorrente dessa perspectiva, a produção de espaços físicos de organização da memória do 25 de Abril e do que significou para organização da vida política e social portuguesa, coalesceu em torno de um conflito entre narrativas fortes: por um lado as que privilegiam a dinâmica de desenvolvimento dos processos democráticos sobre a conjuntura revolucionário do PREC; por outro, um património lexical e narrativo revolucionário que se traduz num programa político e num itinerário comemorativo.</p> <p>Entre estes dois pólos, diferentes processos específicos de auto-organização e mobilização resultantes deste período estão sujeitos a circunstâncias desiguais no modo como lhes é permitido a ingressão no campo da memória pública (Cruzeiro, 2014). Esta desigualdade tem como consequência uma hierarquização da memória pública (Cofino, 1997), resultante de uma dinâmica de simplificação da complexidade das experiências e de idealização, subjacente à ideia de memória coletiva como definida por Halbwachs.</p> <p>O serviço doméstico e as áreas que lhe são presumidas encontram-se historicamente na retaguarda do debate público e dos direitos reconhecidos traduzindo um sistema de valores públicos que remete para uma componente de desmemoriação e de exclusão da história pública. Tradicionalmente representada como classe inorganizável em virtude da circunstância isolada do desempenho das suas funções, a história do serviço doméstico é, pelo contrário, exemplar de uma pluralidade de modos e práticas de organização, mobilização e resistência à sua exclusão dos processos de luta organizada. Além dos arquivos privados, pretende-se a negociação com outras entidades que permitam uma parceria capaz de permitir que o Arquivo Digital funcione como anfitrião dos materiais coligidos, sejam estes de carácter documental ou visual. Com a consolidação deste projeto, pretendemos a circulação cultural deste legado na história da mobilização das empregadas domésticas em Portugal, ao mesmo tempo sintoma e fazedora do processo revolucionário democrático no nosso país.</p>

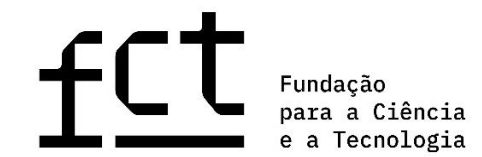
# Concurso "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa"



## Resumo de Projetos recomendados para financiamento

Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento	Domínio	Área	Título do Projeto	Resumo
José Reis	Centro de Estudos Sociais	24 988,20 €	Ciências Sociais	Economia e Gestão	A Economia Política da Construção da Democracia: sistema pr	<p>Este projeto é sobre a construção da democracia económica no imediato pós-25 de Abril. Estudar-se-ão aspetos fundamentais da estrutura económica e da sua evolução, procurando compreender os mecanismos que privilegiaram a estruturação interna e a institucionalização de novas relações sociais no campo da provisão. O projeto deter-se-á também nas instituições formadas na primeira fase da democracia e nos debates que isso suscitou, assim como no modo como a revolução democrática influenciou o interesse intelectual por Portugal, suscitando novos relacionamentos internacionais. Dado o tempo estabelecido, assenta apenas em três eixos analítico principais.</p> <p>O primeiro consiste em aprofundar o conhecimento da Economia Política do pós-25 de Abril de 1974, começando por estudar dois dos seus traços fundamentais: a criação de emprego e a estruturação da provisão social pública. De facto, este período distingue-se radicalmente do anterior (a última década do Estado Novo). Enquanto este teve uma medíocre criação de postos de trabalho (não chegou a um acréscimo de 40 mil entre 1960 e 1970 e, por isso, emigraram 1,4 milhões de portugueses), a democracia produziu efeitos notáveis no emprego (mais 400 mil novos empregos entre 1974 e 1985) (Amaral, 2009). Trata-se agora de aprofundar esse conhecimento estudando os fatores e as dinâmicas do crescimento, os setores, as aprendizagens, as qualificações, a distribuição geográfica e as novas inter-relações geradas internamente, incluindo a realocação do emprego. O segundo traço da democratização da foi a construção de provisão pública nas esferas da saúde, da habitação ou da educação. A formação de uma administração pública com capacidade para responder à organização do país contextualizou estes processos. Estamos perante políticas públicas em várias escalas, espaciais e regionais e que dinamizaram o conjunto da economia e da sociedade. O conhecimento geral sobre este período e sobre estas duas questões está razoavelmente estruturado, mas não está aprofundado nem desenvolvido. É esse o objetivo de agora. Com ele, compreender-se-á melhor como este "ciclo da democracia" se insere nos restantes ciclos que desenham a trajetória da economia e da sociedade portuguesas dos últimos cinquenta anos e como, em si mesmo, ele constituiu um dos ciclos de crescimento mais relevantes da nossa contemporaneidade.</p> <p>No segundo eixo desenvolver-se-á a relação entre esta forma de Economia Política e a criação de novas instituições, por um lado, e, por outro, o pensamento da época, expresso nas reflexões e na ação de intelectuais públicos importantes. A consagração de sólidas convenções em matéria de direitos e deveres sociais, de negociação coletiva, de constituição do Estado Providência ou de provisão pública formou uma arquitetura institucional sólida, tributária de um pensamento económico estruturado. Pensa-se, em particular, em Francisco Pereira de Moura, João Cravinho, João Martins Pereira, Manuela Silva ou Mário Murteira. Para lá da obra publicada de autores como estes, cuja relação com as dinâmicas anteriormente referidas foi muito estrita, propõe-se um contributo original que assentará no acervo documental de que o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra dispõe nesta matéria.</p> <p>Enquanto as duas primeiras tarefas se dirigem ao que aconteceu em Portugal, a terceira olhará para o contexto internacional. Há duas dimensões a tomar em conta. A primeira tem a ver com a profunda alteração das formas de inserção internacional da sociedade e da economia portuguesas. O país de emigração e de escassa presença no comércio internacional passou a ser parte de processos muito mais ativos, tanto materiais, como institucionais, culminando na integração na CEE. A segunda dimensão relaciona-se com curiosidade intelectual e o interesse de cientistas sociais estrangeiros sobre o nosso país. Sobre uma cronologia dos acontecimentos em Portugal e os seus reflexos no relacionamento internacional procurar-se-á identificar o modo como se desenvolveu um interesse sobre Portugal a partir do estrangeiro como se estabeleceram relações entre académicos portugueses e o estrangeiro.</p> <p>Espera-se concluir com uma interpretação original do ciclo económico do pós 25 de Abril, fundamentada em dados estruturais da economia (emprego, dinâmicas e relações intersectoriais, qualificações e realocação do emprego) e do papel da provisão pública. Isso permitirá compará-lo com os ciclos anteriores e posteriores de um modo que se espera que seja também original. Jantar-se-á a isto uma relação com as ideias económicas daquele período através das obras e de informação não publicada. Em suma, oferecer-se-á uma interpretação da Economia Política do 25 de Abril.</p>
Paula Borges Santos	Universidade Nova de Lisboa	25 000,00 €	Humanidades	História e Arqueologia	Portas para o direito democrático: a posição histórica de juristas e advogados na construção dos valores democráticos e da ordem legal democrática (1960-1978)	<p>Que papel coube aos profissionais do campo jurídico na veiculação de valores democráticos e na edificação da ordem legal das democracias, em Portugal e Espanha? Que valores nortearam a political agency e o entendimento jurídico de legal scholars e outros profissionais, como os advogados, e de forma estes promoveram a capacitação democrática? Que causas beneficiaram com a sua ação? Estas questões, ainda não exploradas pela literatura, são respondidas por GLAW através de uma pesquisa de alto ganho: GLAW parte da hipótese de que a construção de valores democráticos e o aprofundamento da conscientização de direitos foram iniciados ainda sob os regimes de Salazar/Caetano e de Franco, num esforço despendido por vários advogados da oposição e por legal scholars, vinculados às universidades, que exerceram consultoria para várias instituições da sociedade civil e estatais. Admite que muitos destes profissionais formaram a classe política dirigente que atuou após a queda dos autoritarismos, e que outros foram colaboradores diretos dos centros políticos decisores, tendo ainda fortes ligações e empenhamentos junto de órgãos militares (sobretudo, no caso português), de sindicatos, da Igreja Católica e de variados movimentos cívicos que eclodiram. GLAW testa que quadro de orientação forneceram estes profissionais, portugueses e espanhóis, ao elaborarem nova legislação, ao falarem de direitos, ao assumirem a representação de litígios e ao atuarem através de outras táticas legais. Para tanto, GLAW opta por realizar uma abordagem interdisciplinar, em que a história, a ciência política, a filosofia e o direito, se conjugam para realizar o esforço de investigação e para a interpretação de resultados. A investigação incidirá na identificação das motivações e interesses dos legal scholars e dos advogados que durante os regimes de Salazar/Caetano e Franco e, depois, durante nos anos da transição para a democracia naqueles países, estiveram associados à promoção de direitos e à elaboração da legislação democrática.</p> <p>GLAW espera: I) revelar tipos de restrições judiciais e extrajudiciais que aqueles profissionais ultrapassaram ou tentaram ultrapassar; II) descobrir padrões de construção de agenda; III) contribuir para revelar processos de conscientização de direitos. Trata-se de produzir uma ferramenta empírica e teórica que permita esclarecer preferências sobre a ordem legal democrática em construção nos dois países, traçar perfis de political agency e entendimento jurídico daqueles profissionais e identificar padrões recorrentes de capacitação democrática.</p> <p>GLAW possui um elevado valor social ao evidenciar como a capacitação democrática está fortemente imbrincada ao exercício da political agency defensora do Estado de direito e promotora da segurança jurídica, essencial para a reversão dos autoritarismos e para travar o declínio das democracias.</p>
Maria Assunção Gato	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	24 955,60 €	Ciências Sociais	Sociologia	Habitar a revolução: Perspetivas sobre transformações sociais e produções espaciais a partir das casas ocupadas do bairro das Amendoeiras, em Lisboa	<p>Portugal debate-se atualmente com uma grave crise habitacional, ainda que apresentando contornos diferentes da situação vivida em Abril de 1974, e que levou à ocupação ilegal de casas em bairros ainda em construção, como é o caso do bairro das Amendoeiras. Embora exista alguma documentação e conhecimento produzido sobre o bairro, o interior das casas e a forma como elas testemunharam as mudanças socioeconómicas e políticas em 50 anos de democracia continua por explorar, tal como como a invisibilidade persistente do papel das mulheres em todo o processo. Este projeto tem por objetivo geral dar visibilidade às dinâmicas espaciais, económicas, sociais, políticas e identitárias do bairro das Amendoeiras, também conhecido por Zona I de Chelas, em Lisboa.</p> <p>Em 1974, a pluralidade dos protagonistas em termos de posições políticas e sociais foi nivelada pela necessidade comum de obter uma casa para viver. Cinquenta anos depois, não só continuamos a desconhecer estes processos de ocupação, como também ignoramos as histórias destes homens e mulheres e os múltiplos impactos desta ação de massas na produção espacial, identitária e coletiva destes territórios.</p> <p>Homes2Live pretende colmatar esta lacuna, produzindo conhecimento sobre um bairro que reúne características socio-espaciais, identitárias e urbanas muito específicas no contexto da zona oriental de Lisboa (e também da cidade como um todo). Adicionalmente, procura fornecer reconstruções históricas e pessoais sobre um processo único intrínseco à revolução, relacionando a memória coletiva com a realidade atual e com as mudanças nas múltiplas dimensões da vida quotidiana destas pessoas, com destaque para as mulheres, para quem estas mudanças foram mais impactantes, embora menos documentadas. O objetivo desta análise é situar os indivíduos no seu espaço doméstico, passando depois para os espaços exteriores do bairro e para a comunidade. Esta investigação a partir da casa, dos seus objetos, consumos e modos de vida pretende atingir cinco objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Enquadrar a iniciativa e a participação dos sujeitos enquanto agentes sociais, económicos, culturais e políticos num cenário de apropriação/construção do espaço doméstico e do espaço público;</li> <li>- Identificar os impactos que essa apropriação/construção espacial teve nas representações identitárias, nas trajetórias sociais e estilos de vida dos sujeitos;</li> <li>- Contextualizar a agencialidade dos sujeitos e sua evolução com as dimensões políticas e socioeconómicas subjacentes ao processo de construção do bairro e da comunidade;</li> <li>- Tornar visível a transformação do papel das mulheres nos espaços privados/domésticos e públicos a partir das suas dinâmicas e sociabilizações próprias e como esse papel evoluiu em democracia;</li> <li>- Perceber como é que as representações que os sujeitos fazem de si e do seu quotidiano se articulam com as memórias e as imagens construídas da casa e do bairro.</li> </ul> <p>Tanto a dimensão socio-territorial do bairro das Amendoeiras, como a sua localização geográfica e simbólica marginal face às centralidades da cidade, como sobretudo a sua gênese política disruptiva, contribuíram para a construção externa de vários estigmas dirigidos àquele espaço e seus residentes. Importa agora fazer o percurso inverso, dando visibilidade às identidades espaciais e representações sociais dos residentes do bairro das Amendoeiras, precisamente através dos elementos que desencadearam uma ação/participação coletiva ilegal, as casas.</p> <p>Homes2Live representa a oportunidade de ir ao encontro destes protagonistas para, através das casas e dos seus modos de habitar, lhes dar voz sobre um momento muito particular da história de Portugal e da cidade de Lisboa. Paralelamente, esta é também uma oportunidade para recolher memórias e dar visibilidade aos percursos, individuais e coletivos, de intervenção/participação cívica que têm contribuído para a produção socio espacial e identitária deste território urbano.</p>

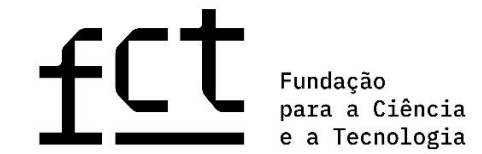
# Concurso "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa"



## Resumo de Projetos recomendados para financiamento

Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento	Domínio	Área	Título do Projeto	Resumo
Teresa Sá Marques	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	24 000,00 €	Ciências Sociais	Geografia Económica e Social	50 anos do 25 de abril: as geografias das 50 dinâmicas sociais,	<p>A geografia dos 50 anos do 25 de abril é simultaneamente um projeto de investigação, de divulgação da cultura científica e de intervenção social e pedagógica .</p> <p>Ao nível da investigação , o projeto compromete-se a explorar as geografias variáveis que emergem das dinâmicas socioeconómicas e sociopolíticas territorialmente desiguais que ocorreram ao longo destes 50 anos. Pretende-se evidenciar o quanto o país mudou, apresentando o mosaico territorial diversificado que daí emerge e não ignorando que, possivelmente, nem todos os territórios mudaram no sentido desejado. É uma investigação com dupla intencionalidade : de memorial e de reflexão sobre o presente e o futuro do país democrático inaugurado com o 25 de abril de 1974. Daí que a construção da narrativa se enraíze em conceitos seminais, oriundos da geografia radical, como justiça social e espacial, na tradição de Harvey e Soja, e explora as geografias do descontentamento e dos territórios aprisionados na armadilha do desenvolvimento intermédio. Serão identificadas 50 dinâmicas sociais, económicas e políticas, que serão analisadas e representadas para produzir sínteses cartográficas à escala local e regional, que façam emergir a diversidade de matrizes de mudanças. Seguramente surgirão territórios ganhadores e territórios perdedores, cujo confronto pode contribuir em termos eleitorais para a “vingança” dos lugares. A emergência de movimentos políticos neopopulistas encontram oportunidades para germinar em geografias variáveis de descontentamento. Conceber políticas de base territorial que potenciem os recursos endógenos dos lugares, aproveitando as atuais tendências de transição (energética, verde, digital, etc.) é uma via de inclusão e coesão territorial a explorar.</p> <p>Ao nível da divulgação da cultura científica é importante disseminar a geografia variável das mudanças que ocorreram no nosso território ao longo dos últimos 50 anos. É imprescindível reforçar a divulgação de informação credível para mostrar a dimensão e a qualidade das dinâmicas positivas. Mas é igualmente importante que a consciência coletiva reflita os esquecimentos persistentes. A divulgação de informação verdadeira, transmitida com códigos compreensíveis pela generalidade da população, permite combater os neopopulismos. Estes alimentam-se frequentemente de preconceitos e notícias falsas. Assim, refletir sobre as nossas memórias capacita-nos para os atuais e futuros desafios da coesão económica, social, cultural, política e cívica. A coesão não pode ser só um desígnio político, deve ser sobretudo uma ambição socialmente desejada. Daí o projeto reservar um espaço importante ao processo de disseminação na comunicação social do conhecimento construído a partir dos métodos científicos desenvolvidos no âmbito do projeto. É uma forma de empoderar a sociedade e, deste modo, combater preconceitos e notícias falsas.</p> <p>Ao nível da intervenção sociopedagógica, com base nos mapas elaborados sobre as dinâmicas socioeconómicas e sociopolíticas, o projeto propõe-se a desenvolver vários Kit-Escolas, estruturados segundo metodologias ativas centradas nos alunos, direcionados ao 3º ciclo do ensino básico e ao ensino secundário. A partir destes Kit-Escolas pretende-se implementar um processo de intervenção sociopedagógica nas escolas de diferentes regiões, procurando abarcar a diversidade de contextos territoriais, sociais, culturais e étnicos. O propósito é promover aprendizagens significativas em que os estudantes assumem o direito de, a partir das leituras dos cartogramas fornecidos, realizarem as suas próprias representações das dinâmicas ocorridas nas diferentes temáticas analisadas neste projeto. Por um lado, pretende-se estimular e aprofundar competências essenciais em torno da análise e interpretação de informação e conhecimento oriundos de fontes credíveis e, por esta via, sensibilizar os estudantes para a utilização de informação e conhecimento fiável e assim contribuir para combater o risco de acreditar em notícias falsas. Por outro lado, proporcionar a oportunidade para que os alunos se apropriem das dinâmicas ocorridas ao longo destes 50 anos, através de estratégias criativas de reinterpretação e criação de novas formas de representação do conhecimento, dando voz aos jovens e diversificando as leituras e as suas capacidades criativas e de visão através da operacionalização de um laboratório de criatividade juvenil.</p> <p>Em síntese, este é um projeto que foi desenhado com o intuito de contribuir ativamente para cumprir os objetivos do 25 de abril, refletindo o passado, para construir o futuro. Possibilita o acesso à informação e ao conhecimento sobre as dinâmicas dos últimos 50 anos, empodera as pessoas a partir do desenvolvimento de experiências educativas significativas e constrói pontes de aprendizagem inter-geracionais.</p>
Isabel Timóteo	Instituto Politécnico do Porto	24 972,85 €	Ciências Sociais	Ciências da Educação	Construir a Democracia Participativa – Associações populares	<p>A tradição associativa portuguesa, cujas raízes remontam ao século XIX e que conheceu uma importante expansão na Primeira República (1910-1926) ligada ao movimento operário e aos ideais socialistas, resistiu ao controlo repressivo da ação associativa pela ditadura e, em alguns casos, constituiu mesmo um espaço de práticas de liberdade e de livre aprendizagem do projeto ideológico do regime. Estas dinâmicas de resistência foram amplificadas a um nível sem precedentes na explosão de liberdades trazida pela revolução de abril.</p> <p>A nível local, a investigação sobre este tipo de contextos carece ainda de atenção, nomeadamente no que diz respeito aos pressupostos educativos, sociais, políticos e culturais que permanecem nestas instituições subsidiárias de abril, quer na sua herança e na sua atividade atual, quer na sua sociabilidade e património simbólico. Subsidiárias das emergências sociais de um tempo histórico decisivo, o movimento associativo não é apenas uma circunstância. Como organismo social vivo, o movimento associativo molda a sociabilidade, produz, valida e arquiva saberes e organiza solidariedades em contextos particularmente afectados pelo recuo do Estado-providência. As associações locais assumem características que as validam como instâncias de educação informal e não formal, para além de serem índices culturais e históricos de 50 anos de democracia.</p> <p>O objetivo deste projeto é contribuir para esse conhecimento sociológico, histórico e educativo sobre o movimento associativo popular do Porto na sua relação com a revolução do 25 de Abril e a consolidação democrática portuguesa, e, especificamente, sobre os desenvolvimentos e desafios associativos enfrentados pelas associações populares do Porto criadas durante o PREC e nos primeiros anos após a aprovação da Constituição da República Portuguesa. O projeto baseia-se em três estudos de caso - Universidade Popular do Porto, Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho e Associação de Moradores da Lomba – constituídos a partir do património de intervenção social e educativa desenvolvido na formação de Educadores Sociais da Escola Superior de Educação do Porto.</p> <p>Passadas quase cinco décadas, estas associações mantêm-se ativas e reivindicam o legado democrático da Revolução de Abril, o que justifica um estudo detalhado da sua história e práticas associativas. Em linha com Rodrigues (2015), importa questionar em que medida as raízes da mobilização popular se mantêm nestas associações, a que nível, com que intensidade e com que novas dinâmicas. Por outro lado, o projeto visa também preservar uma história social e coletiva do associativismo popular a norte do país ainda pouco estudada e conhecida, embora fundamental para a compreensão e evolução da democracia portuguesa nos últimos 50 anos. Para responder a este objetivo, o projeto recorre também à metodologia da história oral, visando recolher testemunhos orais e parte dos arquivos destas associações, disponibilizando estes dados à comunidade académica e ao público em geral.</p>
José Manuel Albuquerque Tavares	Universidade Nova de Lisboa	24 976,46 €	Ciências Sociais	Economia e Gestão	O Legado da Guerra nas Dinâmicas Socioeconómicas e Comportamento Humano: Evidência dos Antigos Combatentes Portugueses	<p>O LEGCO irá dedicar-se à análise das trajetórias socioeconómicas dos antigos combatentes portugueses que serviram em operações militares nos territórios africanos entre 1961 e 1974. Este período da guerra em África viu quase 1 milhão de recrutados mobilizados, representando mais de 70 por cento do grupo etário elegível - um nível de envolvimento sem paralelo na Europa Ocidental pós-guerra. A nossa investigação visa explorar a capacidade da democracia portuguesa em reintegrar eficazmente este número substancial de soldados na economia e sociedade nacionais após a desmobilização, reconhecendo os desafios inerentes a tal reintegração. Especificamente, o LEGCO investigará como a exposição ao combate e à violência, um fator essencialmente externo, impacta o desenvolvimento socioeconómico pós-guerra dos antigos combatentes, as suas crenças, atitudes, preferências políticas e saúde mental.</p> <p>Embora a reintegração dos antigos combatentes portugueses pareça bem-sucedida, tal como a pela mínima tensão social nos anos seguintes assim o sugere, isso não nega que a população ex-combatente tenha enfrentado desafios substanciais. O papel principal do LEGCO é identificar e abordar estas questões específicas através de um conjunto estruturado de indicadores.</p> <p>O LEGCO obteve o apoio da Liga dos Antigos Combatentes (referida como "Liga"), a maior associação de antigos combatentes em Portugal. Uma carta de suporte da Liga está incluída nesta proposta. A Liga está a conceder aos investigadores do LEGCO acesso aos seus dados administrativos e rede de membros. Este acesso permite à equipa do LEGCO analisar em detalhe a população de antigos combatentes. Além disso, a cooperação da Liga facilita o questionário inovador que o LEGCO planeia conduzir junto de uma amostra representativa de 1,000 antigos combatentes. A Liga também está a disponibilizar os seus recursos profissionais, incluindo especialistas em saúde (nomeadamente mental), para consulta pelos investigadores do LEGCO.</p> <p>Os antigos combatentes de Portugal das campanhas na África eram predominantemente homens, mas as mulheres também foram significativamente impactadas pelo conflito, conforme indicado por grupos de foco conduzidos pelos investigadores do LEGCO com a equipa da Liga. Reconhecendo isso, o LEGCO adotará uma abordagem focada no género, examinando particularmente as experiências das parceiras dos antigos combatentes, que são principalmente mulheres. Será dada especial atenção às esposas dos antigos combatentes, que não só fornecem insights sobre a experiência de guerra, mas também frequentemente servem como cuidadoras nos anos posteriores e durante doenças. Com esta abordagem, o LEGCO visa estudar os mecanismos através dos quais a exposição à guerra dos antigos combatentes - relacionada com resultados socioeconómicos, mas também atitudes, comportamento e preferências - é transmitida às suas parceiras.</p> <p>O timing do projeto proposto pelo LEGCO, especialmente a recolha de dados da sondagem primária, é crítico. A população de antigos combatentes estudada está a envelhecer rapidamente, num dos países europeus em que a população envelhece com maior velocidade. Como resultado, a vulnerabilidade destes antigos combatentes provavelmente aumentará nos próximos anos. Esta situação sublinha a urgência do projeto, pois a recolha de informações de antigos combatentes pode em breve tornar-se inviável.</p> <p>A equipa de pesquisa do LEGCO possui competências em várias áreas críticas: realização de trabalhos de campo em zonas de conflito, aplicação de inferência causal em investigação empírica, desenvolvimento de técnicas específicas de questionário para recolha de dados e posse de conhecimento histórico aprofundado do período relevante. Adicionalmente, a equipa do LEGCO também equilibra investigadores seniores e juniores. Os primeiros trazem experiência em gestão de projetos de investigação, como comprovado pelo seu sólido histórico de publicações em revistas de economia líderes ou gestão de projetos patrocinados. Os investigadores juniores trazem novas técnicas de recolha de dados e econometria, colocando assim o LEGCO na fronteira do conhecimento.</p>

# Concurso "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa"



## Resumo de Projetos recomendados para financiamento

Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento	Domínio	Área	Título do Projeto	Resumo
Cristina Maria Gameiro Gonçalves	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	24 928,83 €	Humanidades	História e Arqueologia	50 camadas de uma revolução: a Arqueologia Pré-histórica de	<p>A Arqueologia pré-histórica está intrinsecamente ligada a questões sociopolíticas da atualidade. O modo como os pré-historiadores escolhem os tópicos a investigar, desenvolvem problemáticas ou interpretam os vestígios arqueológicos é influenciado pelas circunstâncias históricas, refletindo os limites e possibilidades, dos regimes políticos e dinâmicas socioculturais. Em Portugal, a descoberta e decisão de preservar os sítios de arte Pré-Histórica do Vale do Côa, abandonando a construção de uma barragem, constituiu um marco democrático. Esta opção criou condições para a redefinição do futuro desta região do interior do país, obrigou os políticos a repensar os modelos de gestão do património arqueológico e levou à criação de um novo instituto público (IPA) e uma nova legislação de proteção do património. Atualmente existem inúmeras instituições, nacionais ou regionais, comprometidas com uma agenda cultural, promovendo a cidadania e diariamente reforçando aspirações e valores democráticos. Como poderão, ou deverão, os pré-historiadores integrá-las e contribuir para o desafio diário de consolidar a democracia?</p> <p>Enquanto prática enquadrada pela história, a arqueologia pré-histórica é feita de várias camadas misturando orientações teóricas e metodológicas, modelos de explicação e narrativas que podem ser, ou não, a melhor opção para responder aos desafios da democracia. De forma a obter uma melhor leitura destas dinâmicas sócio científicas, no âmbito deste projeto, serão abordadas as diferentes camadas da Arqueologia pré-histórica antes e depois do 25 de abril, ao nível da dimensão política das ideias, conceitos e metodologias que enquadram a prática arqueológica. O objetivo é enfatizar a dimensão política da investigação pré-histórica demonstrando como, alguns procedimentos aparentemente neutros podem revelar ideias pré-concebidas que causam constrangimentos ao desenvolvimento da pré-história como uma área inclusiva e diversificada do conhecimento histórico. Pretendemos encorajar os pré-historiadores a assumir a responsabilidade cívica do seu trabalho explorando as suas diferentes camadas como espaço para novas revoluções.</p> <p>A equipa inclui investigadores com trabalho em diferentes períodos da pré-história, em diferentes regiões portuguesas, com contribuições relativas às primeiras ocupações humanas deste território. Em complemento, alguns membros da equipa têm estudado a história da Arqueologia em Portugal, não apenas revisitando o que foi escrito anteriormente, mas, para compreender como as tradições de investigação criadas durante a ditadura constrangem o nosso conhecimento do passado. Este projeto irá reforçar a interligação entre estes dois campos de investigação focando-se em três questões: Identificando transformações: no final e contos dos eventos pioneiros do 25 de abril de 1974, como evoluíram as narrativas sobre pré-história, refletindo as influências das circunstâncias históricas, regimes políticos e dinâmicas socioculturais? Isto permitirá desenterrar as diferentes camadas de mudança nas narrativas sobre pré-história, explorando o impacto, com nuances, das alterações políticas na seleção de tópicos de investigação, problemáticas políticas e interpretação dos vestígios pré-históricos.</p> <p>Para lá do colherim: de que forma os pré-historiadores, de forma consciente, enquadram e apresentam o seu trabalho como algo com significado político, alterando os limites e tendo as possibilidades ditadas por diferentes regimes políticos e contextos socioculturais? Tal questão desemboca na (in)consciente escolha feita pelos pré-historiadores na modelação da dimensão política da sua investigação, analisando como se orientam e respondem a cada alteração da paisagem política ou social.</p> <p>Pré-história e Democracia: Como a arqueologia pré-histórica pode contribuir ativamente para abordar desafios contemporâneos em democracia, e de que maneiras os pré-historiadores podem demonstrar responsabilidade cívica na sua investigação? Este projeto abordará os potenciais papéis da arqueologia pré-histórica em fomentar valores democráticos e abordar desafios sociais, incentivando os pré-historiadores a um envolvimento ativo e de responsabilidade cívica.</p> <p>Para desenvolver esta abordagem, utilizaremos duas orientações metodológicas: por um lado, técnicas de ciência de dados (IA) serão utilizadas para analisar narrativas escritas e rastrear as transformações do discurso; por outro lado, solicitaremos a participação da comunidade científica em um conjunto de inquéritos e workshops focados na auto-compreensão da pesquisa pré-histórica como uma questão política e como um campo para se envolver na promoção de valores democráticos (por exemplo, educação para todos ou acesso das mulheres a carreiras). Os resultados da pesquisa serão publicados em revistas especializadas e serão explorados como materiais para criar produtos culturais</p>
Maria José Magalhães	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto	24 970,63 €	Ciências Sociais	Sociologia	"Porque a tua lição é esta: fazer frente": Mulheres Invisíveis no 25 de Abril e Além - Um Estudo sobre a Participação e Contribuição das Mulheres das Classes Trabalhadoras e Populares nos Movimentos Sociais Portugueses (1972-1979)	<p>Este projeto de investigação tem como objetivo principal resgatar e documentar as contribuições das mulheres invisibilizadas durante o período do 25 de Abril e no pós-25 de Abril na história da democracia portuguesa (1972-1979). Focando na historiografia das mulheres das classes trabalhadoras e populares e outros grupos subalternizados, bem como na participação delas nos movimentos sociais, a pesquisa será conduzida utilizando a abordagem da história oral e dos registos memorialísticos. Através da recolha de narrativas pessoais, testemunhos e memórias dessas mulheres, muitas vezes ausentes dos registos históricos convencionais, busca-se resgatar as suas histórias e evidenciar a sua significativa atuação nos movimentos sociais do período. Especial atenção será dada às mulheres associadas às comunidades caboverdianas, moçambicanas e angolanas, atendendo ao facto de as suas contribuições para a construção da democracia portuguesa terem sido ainda mais minimizadas ou ignoradas do que as das mulheres portuguesas. A investigação propõe-se a preencher lacunas historiográficas, destacando o papel fundamental dessas mulheres na transformação política e social do país. Ao priorizar a história oral e os registos memorialísticos, o projeto visa amplificar e preservar as vozes e memórias dessas mulheres, garantindo o reconhecimento e a valorização das suas contribuições para o desenvolvimento da democracia em Portugal durante e após o 25 de Abril.</p> <p>Para além do trabalho de resgate histórico da participação de mulheres de setores socialmente em desvantagem, pensamos crucial realizar algumas atividades com jovens para envolver a juventude na construção de conhecimento e divulgação de conhecimento sobre o 25 de Abril: para saber o que sabem, como adquiriram esse conhecimento e quais as suas opiniões; para ouvir as suas ideias para a melhor forma de divulgar este conhecimento às novas gerações.</p> <p>A metodologia integra diversos procedimentos: a) para a recolha de informação: pesquisa em arquivos, jornais e outras publicações da época; entrevistas para recolha de depoimentos orais, grupos de discussão focalizada e oficinas com jovens; b) para análise: elaboração de narrativas biográficas, narrativas históricas e narrativas digitais.</p> <p>A pesquisa focará no período entre 1972 e 1979. 1972 é uma data histórica para as mulheres - corresponde à publicação das Novas Cartas Portuguesas; Em 1979, salienta-se a absolvição de Maria Antónia Palla, indiciada por ter realizado, em 1974, uma reportagem na RTP sobre o aborto clandestino. Este período consubstancia-se no facto de que os direitos das mulheres levaram mais tempo a conquistar.</p> <p>O projeto prevê, também, atividades com jovens, através de grupos de discussão focalizada e de oficinas: os grupos de discussão focalizada para compreender o que sabem sobre a participação das mulheres no 25 de Abril, como adquiriram esse conhecimento (quem lho transmitiu - família, escola, pares ou outros) e as suas opiniões; oficinas para a co-construção de um documento audiovisual didático sobre as mulheres e o 25 de Abril. As ideias das/os jovens podem constituir-se como fundamentais para que o documento possa ser apelativo para diferentes idades.</p> <p>Resultados esperados:  Identificação e elaboração de narrativas biográficas e históricas de mulheres das classes trabalhadoras. Prevê-se a elaboração de 110 narrativas biográficas, históricas e digitais;  Produção de 2 eBooks de livre acesso com estas biografias;  Produção de 1 livro sobre os resultados do Projeto;  Organização de 1 Conferência Internacional;  Criação de um portal para divulgação dos resultados;  Produção de 3 artigos científicos e 3 artigos para o público em geral em órgãos de imprensa de circulação nacional;  Produção de um documento audiovisual didático dividido em 3 partes para ser adequado a diferentes idades: 1ª e 2ª ciclos; 3ª ciclo e secundário; jovens mais velhos/as do ensino superior e/ou no mercado de trabalho.</p>



# Concurso "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa"

## Resumo de Projetos recomendados para financiamento

Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento	Domínio	Área	Título do Projeto	Resumo
Manuela Sanches-Ferreira	Instituto Politécnico do Porto	25 000,00 €	Ciências Sociais	Ciências da Educação	O 25 de Abril e a democracia portuguesa: visibilidade repercussões no direito à educação e à cidadania para o grupo de minoria de pessoas com deficiência	<p>Após o 25 de Abril de 1975, Portugal tem sido marcado por desenvolvimentos em várias áreas de uma sociedade democrática, incluindo ao nível da educação. A Constituição de 1976 e a posterior entrada na União Europeia em 1986, conduziu o país a reformas que promoveram a qualidade da educação e o acesso igual e universal à escolaridade obrigatória. Estes princípios foram acompanhados pela evolução dos paradigmas dedicados à compreensão dos processos de desenvolvimento humano, funcionamento e incapacidade na década de 70 do século passado e formaram um zeitgeist que consubstanciou iniciativas políticas e legislativas que trouxeram às escolas comuns as crianças com incapacidade, com as necessárias adequações para a garantia da qualidade da educação. Estes desenvolvimentos têm-se refletido noutros sectores com a implementação de políticas inclusivas voltadas para a promoção da visibilidade e representação das pessoas com incapacidade na comunidade e numa participação democrática na sociedade.</p> <p>Neste projeto pretendemos analisar cronologicamente os desenvolvimentos na legislação relativa à inclusão na educação, explorando de que forma esses desenvolvimentos foram informados pelo campo das práticas e como produziram efeitos no acesso e participação deste grupo de pessoas. A par, pretendemos analisar como os outros sectores da sociedade acompanharam essas evoluções na educação ao nível da legislação e participação das pessoas com incapacidade. Para responder a estes objetivos, implementar-se-á: 1) uma análise documental das legislações para a inclusão nos sistemas de educação, sociais, de emprego e cultura dos últimos 50 anos, aferindo para quem (como é definida a população-alvo), como (que medidas são implementadas) e para quê (que valores e propósitos preconizam) ; 2) uma sistematização de indicadores quantitativos de acesso e participação nos três anos antes e após a promulgação das legislações em análise; 3) uma análise documental da literatura nacional (artigos publicados e teses/dissertações de mestrado e doutoramento) para analisar de que forma existia um zeitgeist em diferentes sectores da sociedade que impeliram as reformas políticas; 4) grupos focais para estudo a percepção de stakeholders-chave envolvidos no acompanhamento e apoio aos trajetos para a inclusão das pessoas com incapacidades nos últimos 50 anos.</p> <p>O contributo inovador deste projecto está sediado na natureza intersistémica da análise dos progressos para inclusão acontecidos desde o 25 de Abril, trazendo a lume de que modo as reformas políticas estiveram conectadas com movimentos sociais já existentes e sincronizados entre sectores. Essa análise será confrontada com os níveis de aderência e impacto de cada reforma.</p> <p>As conclusões deste projecto terão a forma de recomendações políticas relacionadas com o sistema de educação para o direito à educação, lazer, trabalho, cultura com as condições necessárias para uma participação bem sucedida.</p> <p>O ponto de partida deste projeto será a evolução políticas educativas, domínio no qual a equipa de investigação possui vasto conhecimento, com mais de 30 anos de experiência na área da educação especial e inclusão e formação de professores para a inclusão. Além disso, este projeto inscreve-se na linha de pesquisa iniciada pela equipa investigação focada na avaliação da implementação de políticas educativas, incluindo os a evolução dos modelos teóricos de entendimento de deficiência e incapacidade, e a substituição da necessidade de um diagnóstico para fins de elegibilidade e de intervenção pelo perfil de funcionalidade dos alunos.</p>
<b>TOTAL</b>		<b>496 578,38 €</b>				